

DESENVOLVIMENTO REGIONAL E IMPACTOS SÓCIO-AMBIENTAIS DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO: mitos e perspectivas

Alexandre Bernardes Ribeiro¹
Jean Carlos Barcelos Martins²
Paulo Sergio da Silva³

RESUMO

São inegáveis as transformações ocorridas no setor rural brasileiro nos últimos trinta anos. Profundas mudanças setoriais públicas e investimentos privados em equipamentos, sementes e o uso de tecnologia no plantio e na colheita, bem como um sistemático acompanhamento de todas as etapas da produção e comercialização por técnicos, engenheiros e administradores promoveram uma revolução e automaticamente uma reconfiguração no cenário rural brasileiro. Em função das inserções dos mecanismos de produção em busca cada vez maior da corrida internacional do agribusiness e dos commodities rurais deixaram e deixam severas marcas devido ao uso e ocupação do solo. Os impactos ao meio ambiente são visíveis e inegáveis tanto no campo quanto nos centros urbanos através da contaminação dos aquíferos e os impactos sociais também são visíveis através dos conflitos pela posse da terra e do aniquilamento das pequenas propriedades.

PALAVRAS-CHAVE: Agronegócio, Agrotóxicos, CT&I, Lixiviação, Mananciais.

ENTENDA O QUE É UM AGRONEGÓCIO



Fonte: Donil's (2004); IN: SILVA (2005).

¹ Prof.Esp. (UFU), Docente FAVA, FTM.

² Prof.Esp. (FGV), Docente FAFIC.

³ Prof.Msc Geografia e Análise Ambiental (UFMG), Docente FIC/FAVA.

No esquema acima é possível observar que através da globalização dos mercados, o sucesso de uma empresa, principalmente no agronegócio, depende cada vez mais da inter-relação entre fornecedores, produtores de matéria prima, processadores e distribuidores. A divisão tradicional entre indústria, serviço e agricultura é inadequada. O conceito de agronegócio representa, portanto, o enfoque moderno que considera todas as empresas que produzem, processam, e distribuem produtos agropecuários.

Davis e Goldberg (1957), afirmam que um Complexo Agroindustrial (CAI), agribusiness ou agronegócio é entendido como "a soma total das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens produzidos com eles".

INTRODUÇÃO

O enfoque do agronegócio é essencial para retratar as profundas transformações verificadas na agricultura brasileira, nas últimas décadas, período no qual o setor primário deixou de ser um mero provedor de alimentos in-natura e consumidor de seus próprios produtos, para ser uma atividade, integrada aos setores industriais e de serviços.

Segundo Contini e Nunes (2000), hoje, os principais insumos da agropecuária, tais como fertilizantes, defensivos, rações, combustíveis e outros, e a maquinaria utilizada (tratores, colheitadeiras e outros equipamentos), são predominantemente provenientes de setores industriais, especializados em produtos para a agropecuária. Da mesma forma, os produtos de origem agropecuária destinam-se, crescentemente, a agroindústria especializada no processamento de matérias-primas e de alimentos industrializados, consumidos no mercado interno urbano e exportados.

A compreensão desta nova realidade da agricultura brasileira foi difundida a partir da publicação do livro "Complexo Agroindustrial - o Agribusiness Brasileiro" de autoria de Ney Bittencourt de Araújo e outros (ARAÚJO, 1990). Outros estudos sobre o tema seguiram-se, com destaque para trabalhos de universidades e institutos de pesquisa, como o Grupo Pensa da Universidade de São Paulo, CNPq (CALDAS, 1998), Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural (1998, 1999), Associação Brasileira de Agribusiness (PINAZZA, 1999), Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária - Embrapa (HADDAD, 1999); Castro Gomes (1999) e teses acadêmicas defendidas em centros de pós-graduação em economia agrícola (FURTUOSO, 1998).

Apesar da disseminação do enfoque do Complexo Agroindustrial, o meio acadêmico, formuladores de política econômica, tomadores de decisão na esfera governamental, privada e institutos de pesquisa, ainda não dispõem de informações atualizadas sobre o funcionamento deste, sua contribuição para a formação do Produto Interno Bruto (PIB) e seus impactos sobre outros setores da economia. O objetivo básico é estabelecer, com rigor técnico, os limites do complexo agroindustrial brasileiro e dimensionar o seu PIB real, para servir de referência básica para analisar esse arranjo produtivo.

Segundo Nunes (1998)⁴ O conceito de complexo agroindustrial mais adotado nas pesquisas para avaliar sua participação no Produto Interno Bruto, são aqueles efetuados com base nas esferas macroeconômicas usado no Sistema de contas nacionais, o qual compreende um conjunto de índices que retratam as diversas etapas e transações realizadas pelos agentes econômicos. As contas nacionais fornecem uma visão sistemática das inter-relações entre os agentes, a partir da construção de um conjunto detalhado e coerente de contas, balanços e quadros baseados em conceitos, definições, classificações e regras de contabilidade.

CENÁRIO DO AGRONEGÓCIO BRASILEIRO

O País produz e exporta a comida que falta nos pratos da maioria dos trabalhadores brasileiros, já que a lógica do mercado é imposta pelo capital mundializado.

A página na internet do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento trouxe no dia 7 de janeiro de 2004⁵, informações e dados sobre a Balança Comercial do Agronegócio no Brasil em 2003, com o seguinte título: "Agronegócio vendeu US\$ 30,7 bilhões ao exterior e garantiu superávit da balança comercial em 2003".

O agronegócio brasileiro bateu mais um recorde histórico em 2004. As exportações do setor somaram mais de US\$ 30,639 bilhões, segundo dados consolidados pela Secretaria de Produção e Comercialização do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. O total supera em US\$ 5,8 bilhões (ou 23,3%)

⁴ Leia mais INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA-IBGE, 1999, 2000, 2001.

⁵ IN: www.MA.gov.br

as vendas externas de US\$ 24,839 bilhões do setor em 2003. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total dos embarques brasileiros aumentou de 41,1% para 41,9%. As importações cresceram 6,6%, para US\$ 4,791 bilhões.

Segundo Rodrigues (2004), O saldo da balança comercial do agronegócio também bateu outro recorde, alcançando um superávit de US\$ 25,848 bilhões - 27% acima do saldo de US\$ 20,347 bilhões registrado em 2003. O resultado coloca o agronegócio como responsável pela totalidade do superávit global de US\$ 24,824 bilhões da balança comercial do país, já que os demais setores apresentaram um déficit de US\$ 1 bilhão no período. "Em 2004, mantidas as atuais condições internas e externas, devemos ter um superávit entre US\$ 27 bilhões e US\$ 28 bilhões".

O desempenho positivo das exportações em 2004 deveu-se ao crescimento das vendas de todos os grupos de produtos, à melhora dos preços internacionais das principais commodities e à abertura de novos mercados. Cabe destacar a liderança do complexo soja. As exportações do complexo soja cresceram 35,2%, de US\$ 6,008 bilhões para US\$ 8,125 bilhões, resultado do aumento das vendas de soja em grãos (41,5%), farelo (18,3%) e óleo em bruto (54,3%)⁶.

Em alguns casos, cresceram mais as receitas com os produtos do que o volume embarcado. O complexo carne e os produtos florestais foram destaques. No setor de carnes, cujas vendas cresceram de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 4,1 bilhões (+31%), dispararam as vendas de bovinos in natura, de US\$ 776 milhões para US\$ 1,154 bilhão (+49%). Em volume, o aumento foi de 44%. Em carne de frango in natura, o país saiu de vendas de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,7 bilhão (+28%), exportando 20% acima do volume de 2003. As exportações de café cresceram 7%, para US\$ 1,423 bilhão. Em volume, o aumento foi de apenas 1%⁷.

As vendas de algodão e fibras têxteis vegetais se recuperaram em 2003, crescendo de US\$ 800 milhões para US\$ 1,1 bilhão (+35%). Em trigo, o Brasil passou a exportar. Foram 50 mil toneladas em 2003. Antes, nada era vendido ao exterior.

As vendas de 3,5 milhões de toneladas de milho somaram US\$ 375 milhões, um resultado 40% superior a 2003. Nos produtos florestais, as exportações de papel e celulose cresceram 38%, de US\$ 2 bilhões para US\$ 2,8 bilhões. As vendas de madeira cresceram 18,4%, para US\$ 2,6 bilhões. Houve ainda o desempenho positivo de sucos

⁶ www.abaq.com.br/dados/agronegocio2004.

⁷ FONTE: www.CAI.br

de frutas (17,5%); frutas e hortaliças (32,9%); couros, peles e calçados (5,3%); cacau (55,4%); fumo e tabaco (8,1%); e pescados (23,2%).

Uma análise interessante é feita sobre a abertura de novos mercados e sobre as vendas externas mais diversificadas entre 2003 e 2004 ocorrendo um expressivo aumento da participação desses novos mercados, como Ásia, Oriente Médio e Europa Oriental.

Dados do Ministério da Agricultura (MA) (BRASIL, 2004) mostram que em todos os blocos econômicos houve crescimento: Mercosul, 40%; Nafta 17%; União Européia, 22,4%; Europa Oriental, 26,8%; Ásia, 33,3%; Oriente Médio, 34,3%; e África, 9,7%.

Mudaram a participação desses blocos como destinos das exportações: a União Européia (EU) continuou na liderança, absorvendo 36,4% das exportações totais do agronegócio. A Ásia aumentou de 16,7% para 18,1% sua fatia, alcançando o Nafta, cuja participação apresentou uma redução de 19% para 18,1% em 2003. O Oriente Médio aumentou sua participação de 6,2% para 6,8%; a Europa Oriental, de 6,1% para 6,3%; e o Mercosul, de 2,7% para 3,1%. Os países que mais compraram produtos do agronegócio brasileiro foram China (66,2%); Turquia (67%); Romênia (114%); Ucrânia (35,9%); Hong Kong (35,9%); Taiwan (67,3%); Irã (71,7%); Israel (122,9%) e África do Sul (56,8%).

O Brasil do campo moderno, dessa forma, vai transformando a agricultura em um negócio rentável regulado pelo lucro e pelo mercado mundial. Agronegócio é sinônimo de produção para o mundo. Para o mercado mundial o país exportou: produtos florestais (papel, celulose, madeiras e seus derivados), carnes (bovina, suína e de aves); o complexo soja (soja em grão, farelo e óleo); café; açúcar e álcool; madeira e suas obras; sucos de frutas; algodão e fibras têxteis vegetais; milho; trigo; couro, peles e calçados; fumo e tabaco; frutas, hortaliças e preparações; cereais, farinhas e preparações; pescados e, cacau e suas preparações.

Mas, quis a ironia que, em 2003, o Brasil tivesse que importar arroz, algodão e milho, além evidentemente, do trigo. Assim, o mesmo Brasil moderno do agronegócio que exporta, tem que importar arroz, feijão, milho, trigo e leite, que são alimentos básicos dos trabalhadores brasileiros e teve que importar também soja em grãos, farelo e óleo de soja, algodão em pluma, matérias-primas industriais de larga possibilidade de produção no próprio país, afirma (OLIVEIRA, 2004).

DESAFIOS DO AGRONEGÓCIO

Primeiro grande desafio: mitos e verdades

Há também, entre os estudiosos da agricultura brasileira, controvérsias com relação a quem de fato, tem a participação mais expressiva na produção agropecuária do país. Há autores que inclusive, chegam a afirmar que não há sentido no interior da lógica capitalista, distribuir terra através de uma política de Reforma Agrária. O capitalismo no campo já teria realizado todos os processos técnicos e passado a comandar a produção em larga escala. As posições expressivas na pauta de exportações de produtos de origem agropecuárias são apresentadas como indicativo desta assertiva. Assim, uma política de Reforma Agrária massiva poderia desestabilizar este setor competitivo do campo e deixar o país vulnerável em sua política vitoriosa de exportações de commodities do agronegócio⁸

Nesse mesmo espaço atuam os grandes proprietários de terra a embalar seus latifúndios nas explicações inclusive, de intelectuais progressistas, de que não há mais "latifúndio no Brasil"⁹ e sim, o que há agora, são modernas empresas rurais. Alguns mesmos acreditam que a modernização conservadora transformou os grandes proprietários de terra, que agora produzem de forma moderna e eficiente, tornando seus latifúndios propriedades produtivas.

Não haveria assim, mais terra improdutiva no campo brasileiro. Estes são alguns dos muitos mitos que se tem produzido no Brasil, para continuar garantindo 132 milhões de hectares de terras concentradas em mãos de pouco mais de 32 mil latifundiários.

Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (BRASIL, 2003), são as pequenas unidades que produzem a grande maioria dos produtos do campo. Esta realidade precisa ser esclarecida, pois há o mito de que quem produz no campo são as grandes propriedades, (OLIVEIRA, 2004)¹⁰.

Com relação à utilização da terra, as lavouras temporárias e permanentes ocupavam 50,1 milhões de hectares ou 14,1% da área total dos estabelecimentos e nelas, as pequenas unidades ficavam com 53%, as médias com 34,5% e as grandes com

⁸ Extraído de documento apresentado no XII Encontro Nacional do MST, em São Miguel do Iguaçu, PR, de 19 a 24 de janeiro de 2004.

⁹ OLIVEIRA, 2003; IN: SILVA (2005).

¹⁰ Ariovaldo Umbelino de Oliveira é professor titular do Departamento de Geografia da USP.

12,5%. As pastagens por sua vez, ocupavam 177,7 milhões de hectares ou 49,8% da área total dos estabelecimentos e nelas as pequenas unidades ficavam com 34,9%, as médias com 40,5% e as grandes com 24,6%. Já as áreas ocupadas pelas matas e florestas perfaziam 26,5% do total (94,2 milhões de hectares) e as áreas ocupadas com terras produtivas não utilizadas representavam 4,6% (16,3 milhões de hectares).

SEGUNDO GRANDE DESAFIO: GERAR EMPREGOS

A análise do conjunto do pessoal empregado no campo brasileiro mostra que as pequenas unidades são aquelas que mais empregam e destinam parte expressiva de suas rendas para esta finalidade. Do total do pessoal empregado nos estabelecimentos, ou seja, 17,9 milhões de trabalhadores, as pequenas unidades empregaram 87,3% deste contingente, as médias 10,2% e os latifúndios apenas e tão somente 2,5%. Quanto à massa total dos salários pagos e do volume de produtos igualmente pagos, as pequenas unidades participaram com 50,2%, as médias com 31,7% e os latifúndios com apenas 18,1%.

As pequenas unidades de produção na agricultura nacional sempre tiveram sua apropriação fundada na produção, daí sua participação expressiva inclusive no agronegócio. Assim, uma política de Reforma Agrária ampla e massiva com uma política agrícola consistente e apropriada, vai aumentar significativamente a oferta de produtos agrícolas quer para o mercado interno quer para o mercado mundial.

TERCEIRO GRANDE DESAFIO: GARGALO LOGÍSTICO

A Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento – Unctad (2003) prevê que o Brasil será o maior país agrícola do mundo em dez anos. Pelos indicadores que o setor vem apresentando tudo indica que estamos seguindo para esse caminho. A produção nacional encerrou o período de 2003 com 123 milhões de toneladas de grãos um crescimento de 27% em relação à 2001/2002, movimentando 35% do Produto Interno Bruto - PIB. Em 2004, superou os 132 milhões de toneladas de grãos previstos. Esse montante nos coloca entre os líderes mundiais na produção de soja, milho, açúcar, café, carne bovina e de frango.

Segundo estudos do Centro de Estudos de Logística da Universidade do Rio de Janeiro - UFRJ (2002), apesar de todos esses bons resultados, assim como as expectativas futuras, corre sérios riscos de sofrer um pesado revés já este ano se os problemas relacionados à infraestrutura logística no qual se mostra como o maior obstáculo para o desenvolvimento do agronegócio do Brasil não forem solucionados.

O próprio Ministério da Agricultura já admitiu que a safra de grãos de 2004 enfrentasse sérios problemas de escoamento por causa da falta de investimentos no setor e no mesmo caminho segue a de 2005. O agronegócio é justamente o que mais sofre com a ineficiência dos canais de transporte, cujas deficiências são responsáveis por prejuízo correspondente a 16% do PIB.

O gargalo logístico envolve praticamente toda a infraestrutura de transporte do país. De acordo com a Confederação Nacional dos Transportes – CNT (2005), 82% das estradas brasileiras apresentam sérias deficiências, entre elas mais de oito mil quilômetros com trechos de buracos e afundamentos. Acrescente-se a idade avançada da nossa frota de caminhões que supera os 18 anos e condicionada uma velocidade média dos veículos das estradas para os portos reduzidos em 40% nos últimos anos.

Por outro lado, as ferrovias, embora tenham recebido investimentos com a privatização, ainda estão longe de suprir a demanda do setor de agronegócio e se consolidar como uma alternativa viável ao transporte rodoviário. Além da ampliação da malha de 30 mil quilômetros de extensão praticamente igual a do Japão, país 22 vezes menor que o Brasil é urgente à modernização do maquinário. Com os trens e bitolas atuais, a velocidade média das composições não ultrapassa os lentos 25 km/h¹¹. Segundo Oliveira (2004),

deixamos de fazer uso de canais de transporte de grande potencial, caso dos 42 mil quilômetros de hidrovias, em que apenas 10 mil quilômetros são efetivamente utilizados. Como resultado, sistemas como o do Tietê-Paraná, com 2,4 mil quilômetros e que consumiu US\$ 2 bilhões em investimentos públicos em vários governos, escoam apenas dois milhões de toneladas de carga/ano, apenas 10% de sua capacidade total.

No transporte marítimo embora a privatização tenha contribuído para a modernização dos portos, o excesso de mão-de-obra que chega a ser de três a nove vezes superiores aos portos europeus e sul-americanos ainda mantém os padrões de

produtividade baixos. Enquanto o índice internacional de movimentação é de 40 contêineres/hora, nos portos brasileiros essa média é de 27. É um dos motivos pelos quais todos os anos caminhões formam filas de até 150 quilômetros de extensão para descarregar suas cargas no porto de Paranaguá (PR)¹².

Consciente de que sozinho não conseguirá reverter esse quadro, o governo federal já busca o apoio da iniciativa privada. Por meio do plano de Parceria Público-Privada, pretende investir R\$ 13,68 bilhões em 23 projetos de reformas em rodovias, ferrovias, portos e canais de irrigação até 2007.

É preciso destacar também que, além dos recursos, a iniciativa privada ainda tem muito a contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura do país, incentivando a criação de pólos intermodais de transporte.

Um exemplo do potencial desses polos é representado por um estudo da Empresa Brasileira de Planejamento em Transportes, ligada ao Ministério dos Transportes - Geipot (2000) alertava que o melhor aproveitamento e a utilização racional dos canais de transporte seriam capazes de economizar em cerca de US\$ 75 milhões os custos anuais de escoamento de grãos. Para ilustrar basta destacar que um único comboio na hidrovia Rio Madeira tem capacidade para 18 mil toneladas de grãos, substituindo 600 carretas de 30 toneladas nos eixos Cuiabá (MT) - Santos (SP) ou Cuiabá (MT) - Paranaguá (PR).

QUARTO GRANDE DESAFIO: PRODUZIR SEM AGREDIR O AMBIENTE

Apesar de o Brasil ter a cada ano que passa um aumento significativo em sua produção, registros comumente internacionais nos mostram que a nossa área plantada vem diminuindo a cada ano, isso significa que as transformações no sistema de produção incluindo *melhoramento genético e equipamentos* transformaram o meio agrário brasileiro¹³. Esse na verdade é o grande mito do agronegócio brasileiro, da mesma forma que ocupamos vantajosas posições sobre nossa superprodução de grãos, igualamos a países bem mais pobres que nós quando referimos ao fator “fome”.

No ecossistema, às agressões aos solos, vegetação, hidrografia, clima são inegáveis, pois, o agronegócio sobrevive de uma monstruosa ação de retirada de

¹¹ LEIA mias. ONG: www.sulviev.tn

¹² www.globo.com.br/rural.br

¹³ FONTE: www.apab.com.br

cobertura vegetal de matas nativas, principalmente no cerrado. Antigas áreas do interior do Brasil, até então desconhecida pelo seu baixo valor de produção, hoje, estão se consolidando como novos celeiros produtivos. Essas fronteiras avançaram rumo ao norte do Mato Grosso do Sul, Sudoeste goiano e centro norte do Estado de Mato Grosso.

O último relatório da EMBRAPA/MS de 2005 mostrou que o grande vilão do assoreamento dos rios, como o Taquari não é a agricultura e sim o desmatamento. Surge um questionamento. Após esse desmatamento qual a atividade que passou ser praticada nesses locais? A resposta é imediata: SOJA.

Além da contribuição muito significativa na parcela de destruição do meio ambiente. O Agronegócio praticado de forma violenta como vem sendo passa ser visto pela própria comunidade como uma atividade econômica mais prejudicial que positiva.

Quando analisamos os aquíferos sabemos que seu destino final são os centros urbanos, os lançamentos de agrotóxicos para combater as pragas sempre acabam atingindo esses mananciais, ou seja, em função dessas toxinas o valor do tratamento da água para o consumo aumenta e automaticamente o consumidor passa pagar mais caro e sem ter a certeza que está totalmente livre de tóxicos.

Sobre o uso dos transgênicos muito se fala e pouco se sabe sobre os reais efeitos reagentes no organismo humano. A questão do uso do grão transgênico agride severamente o ambiente. No solo, em função de seu poder de rompimento para a brota, acaba destruindo forçadamente os torrões abrindo pequenos sulcos internos aumentando o poder da lixiviação do solo, o que o grão convencional não faz. Pode acarretar também devido a monocultura intensiva a quebra da cadeia alimentar biológica, fazendo desaparecer pássaros que se alimentariam de gafanhotos, besouros e outros animais de pequeno porte. Isso favorece o aparecimento de novas pragas que chegam destruir hectares e hectares de plantações como as nuvens de gafanhotos que destruíram quase toda a plantação de arroz no sudoeste da Índia em 1998.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O agronegócio não foge ao contexto da globalização, que traz consigo os desafios da modernidade, inserido neste cenário da transformação mundial, o Brasil necessita de incentivos constantes para não perdê-lo de vista. Principalmente, organizar e otimizar recursos humanos, financeiros e materiais, num verdadeiro esforço de

parceria multi-institucional, reunindo instituições de pesquisa, ensino e iniciativa privada, permeando uma nova cultura de interação e desenvolvimentos transdisciplinares.

Os Fundos Setoriais de CT&I¹⁴ foram criados para incentivar o desenvolvimento científico e tecnológico em áreas estratégicas e construir uma nova forma de financiamento de investimentos. Pretende-se que os Fundos Setoriais financiem prioritariamente o fomento tecnológico, projetos cooperativos, redes cooperativas e grandes projetos estruturantes.

O Fundo Setorial de agronegócio (CT-Agronegócio) foi criado pela Lei 10.332, de 19/12/2001 e regulamentado pelo Decreto 4.157, de 12/03/2002 e tem por objetivo a ampliação dos investimentos nas pesquisas de sistemas, técnicas, métodos e processos que propiciem inovação, qualidade e aumento de competitividade na exportação dos produtos agropecuários do Brasil, fundamentado nos paradigmas modernos da transdisciplinariedade e da multidisciplinariedade.

Visa, também, o desenvolvimento de mecanismos que propiciem atrair investimentos nacionais e internacionais para o segmento. Para exercer este papel, o CT-Agronegócio conta com 17,5% do total da arrecadação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (CIDE) instituída pela lei nº 10.168, de 29/12/2000, alterada pela lei nº 10.332, de 19/12/2001¹⁵.

Na utilização desses recursos são obrigatoriamente observados os critérios de administração previstos e a programação orçamentária do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT).

Adicionalmente, conforme previsto na legislação, no mínimo 30% dos recursos do CT-Agronegócio são destinados ao financiamento de projetos a serem executados por instituições sediadas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, de forma a contribuir para o desenvolvimento regional equilibrado.

Neste documento são apresentadas as diretrizes estratégicas do Fundo, as quais foram sistematizadas a partir de reuniões com lideranças nacionais do segmento e que tiveram início em novembro de 2001. Adicionalmente, o presente documento pode ser entendido como um elemento motivador para um plano maior para o agronegócio brasileiro, a ser promovido em um modelo integrado, que envolva uma visão de longo

¹⁴ CT&I – Fundo setorial criado pelo governo federal em 2001 para incentivar o agronegócio.

¹⁵ Plano setorial 2001.MA

prazo a ser construída pelos agentes das cadeias produtivas e instituições públicas e privadas.

Tudo isso fez com que o agronegócio brasileiro atingisse o patamar que está hoje, mas vale a pena refletir sobre uma questão. Se o agronegócio brasileiro não aderir ao uso dos transgênicos em função do seu poder de produção, estaremos caminhando para o lado oposto às grandes safras internacionais. O Brasil poderá perder o posto de país que cada ano produz mais grãos.

A grande questão que temos de analisar é será que é isso que importa? Bater recordes a cada ano e ter cada vez mais brasileiros passando fome? A quem interessa então o agronegócio? Para três ou quatro empresas que dominam o negócio das sementes, esmagamentos, distribuição e destinos de consumo? Por isso que o bom senso que deveria prevalecer nesse momento, ao invés de ficarmos procurando “culpados” tentar entender os problemas gerados pela atividade, tentar minimizá-los e favorecer mais a uma grande parcela da população que passa fome ao invés de permitir que cada vez mais sejamos dominados por grupos de multinacionais.

Segundo Silva (2004), a agricultura de grande escala gera pouco emprego e causa um êxodo rural que os centros urbanos não são capazes de absorver com dignidade. Acrescenta ainda Delgado (2004), “o agronegócio não é solução, é parte do problema, pois resolve a vulnerabilidade externa do País, aumentando a interna”. Segundo o pesquisador da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE), esse boom agrícola recente é o relançamento da estratégia que o País praticou nos anos 80, durante a primeira grande crise do balanço de pagamentos brasileiro. As exportações dos complexos agrícolas e agroindustriais foram priorizadas como forma de gerar elevados saldos comerciais e tirar o Brasil da crise de liquidez criada com o endividamento da década anterior. Para Delgado (2004),

a agricultura exportadora, de larga escala, é extremamente produtiva e eficiente, mas permite a existência de latifúndios improdutivos e especulação fundiária. Os proprietários lucram com o fato de que, devido à boa performance do agronegócio, o preço de suas terras sobe e alimenta o ímpeto especulativo no campo.

Concluindo, não cabe aqui uma predominância de posições “ambientalista” que defenda a causa ao extremo e nem uma posição desenvolvimentista que vê o agronegócio como atividade única e necessária. Cabe unir essas duas posições em favor

do crescimento mais pautado no desenvolvimento humano, nos valores regionais como as propriedades de subsistência que estão desaparecendo e a uma classe de marginalizados que o Brasil possui. Feito isso com certeza teremos o tão sonhado desenvolvimento sustentável sem desproporcionalidades.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, E. R. DE A ; LOPES, M.; CONTINI, E. O Empobrecimento da Agricultura Brasileira. Revista de Política Agrícola, v.8, n.3, p.05-19, 1999.

ARAUJO, N.B; WEDEKIN, I; PINAZZA, L. A Complexo Agroindustrial - o "Agribusiness Brasileiro", Agroceres, São Paulo, 1990, p. 238.

CALDAS, R de A. e outros (Editores). Agronegócio Brasileiro: Ciência, Tecnologia e Competitividade. Brasília, CNPq, 1998. p 275.

CASTRO GOMES e outros (Editores). Cadeias Produtivas e Sistemas Naturais: Prospecção Tecnológica. Embrapa, 1998. p 564.

DAVIS, J. H.; GOLDBERG, R.A A concept of Agribusiness. Harvard University, 1957.

EDUARDO, P. N.; GONTINI, E. Dimensão do Complexo Agroindustrial Brasileiro, 2004.

FURTUOSO, M.C.O O Produto Interno Bruto do Complexo Agroindustrial Brasileiro. Tese de Doutorado (ESALQ), Piracicaba, 1998.

GASQUEZ, J.G. Gastos Públicos na Agricultura. IPEA, 2000, 26 p. (artigo a ser publicado na Revista de Política Agrícola).

HADDAD, P.R A competitividade do Agronegócio e o Desenvolvimento Regional no Brasil. Estudos de Clusters. Brasília, CNPq/Embrapa, 1999.

IBGE. Matriz de insumo - produto de 1996. IBGE, Rio de Janeiro, 1999a. Novo sistema de contas nacionais do Brasil - Metodologia e resultados provisórios, ano-base 1980. Série Textos para Discussão, n. 10, vol. I e II. IBGE, Rio de Janeiro, dez./1988.

KEYNES, J. M. A teoria geral do emprego, do juro e da moeda. Coleção "Os Economistas". São Paulo: Abril Cultural, 1983.

NUNES, Eduardo Pereira. Sistemas de contas nacionais: a gênese das contas nacionais modernas e a evolução das contas nacionais no Brasil. Campinas, SP: 1998. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. O desafio do agronegócio brasileiro. USP, 2004.

PINAZZA, L. A; ALEMANDRO, R. Reestruturação do Agribusiness Brasileiro - Agronegócio no III Milênio - São Paulo, ABAG/FGV, 1999. 266 p.

SILVA, José Craziano da. SEADE-UNICAMP. Campinas, 2004.

SOBER. Anais do XXXVII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. Foz do Iguaçu, 1999. (CDROM).